

A EXPERIÊNCIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL E EM PORTUGAL

ALDA MOURÃO
ANGELA DE CASTRO GOMES
COORDENAÇÃO

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

Versão integral disponível em digitalis.uc.pt

A visita dos intelectuais aos Açores em 1924

Carlos Cordeiro

ENTRE 27 DE MAIO E 22 DE JUNHO DE 1924, UM GRUPO DE PERSONALIDADES de relevo na vida cultural e académica portuguesa visita todas as ilhas dos Açores. Integraram a “Missão Intelectual”, como também foi designada a visita, o escritor Antero de Figueiredo, o etnólogo José Leite de Vasconcelos, Teixeira Lopes, escultor e autor da maqueta do monumento a Antero de Quental, exibida nos Açores durante a estadia, Luís de Magalhães, escritor e político que se distinguira como ministro dos Estrangeiros na efémera Monarquia do Norte, Armindo Monteiro, professor de direito e especialista em questões económicas, d. Luís de Castro e d. Manuel Ribeiro de Bragança, professores do Instituto de Agronomia, autorizados pelo respectivo ministro para as suas deslocações serem consideradas em missão oficial de estudo nos Açores,¹ Henrique Trindade Coelho e Joaquim Manso, como representantes da imprensa. O *Diário de Notícias* enviava em reportagem Oldemiro César, *A Época*, Armando Boaventura e *O Século*, Raposo de Oliveira.

Nesta comunicação interessa-nos, sobretudo, perceber as motivações dos promotores da iniciativa, bem como os resultados alcançados e o debate político que ocorreu antes, durante e após a “visita”.

Antes de mais, será de destacar o facto de nos Açores, principalmente na ilha de S. Miguel, a reivindicação autonomista e o processo regionalista terem assistido a um novo fulgor com o início da publicação do quotidiano *Correio*

¹ Cf. *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 7 Jun.1924.

dos Açores, a partir de 1920.² Nesse diário se relançará a ideia da reunião de um congresso açoriano, que visaria a procura de soluções para o “problema açoriano”. Tratava-se, no fundo, de encetar uma espécie de “introspecção açoriana”, que permitisse a compreensão das grandes questões que embotavam o desenvolvimento dos Açores e promover estratégias que contribuíssem para esbater as rivalidades e clivagens que opunham ilhas contra ilhas, prejudicando a convergência de esforços para a melhoria das condições de vida no Arquipélago.

Nesses anos dez e vinte do século XX, mas com antecedentes já no último quartel do século XIX, acentuava-se o movimento regionalista ao nível cultural e propunha-se também a “confraternidade açoriana”, através de convívios culturais, recreativos e desportivos entre as diversas ilhas.

Toda esta movimentação regionalista e autonomista levantava fortes suspeitas nos círculos do poder instalado e em muita da imprensa local e continental a eles ligados. Se é certo que se tratava de um movimento em que se distinguiam, para além dos antigos monárquicos autonomistas, republicanos “históricos”, o facto, por outro lado, é que o Partido Democrático e os seus militantes mais conhecidos se afastavam, geralmente, dos debates regionalistas e autonomistas.

Tornava-se, pois, necessário acompanhar o processo de “introspecção” que se desenvolvia — mas que só seria concretizado, com outros pressupostos, em 1938 e em Lisboa — com uma campanha que “projetasse” a realidade açoriana, nas suas limitações, mas também nas suas potencialidades, em nível nacional. Havia, no fundo, que despertar na opinião pública nacional compreensão a propósito das reclamações açorianas contra o esquecimento e a injustiça, timbre da atuação do poder central em relação às grandes questões que caracterizavam a vida do Arquipélago. Não seriam suficientes os artigos em jornais

² Diário. Número inaugural de 1 de Maio de 1920. Continua em publicação. Fundado por ele e Francisco Luís Tavares, que abandonou a direção do jornal em Junho de 1921. José Bruno Carreiro manteve-se como diretor até 1937. Ele fora diretor e proprietário do semanário regenerador *O Distrito*, que se publicou em Ponta Delgada entre 1907 e 1908. Logo a seguir à implantação da República foi nomeado, por concurso, secretário-geral do Governo Civil de Ponta Delgada, funções em que se manteve até à aposentação, em 1949. Francisco Luís Tavares, republicano histórico e um dos ativistas da greve académica de 1907, foi líder do Partido da União Republicana no distrito de Ponta Delgada, aderindo, depois, ao Partido Republicano Nacionalista. Foi deputado constituinte, governador civil de Ponta Delgada em vários períodos da Primeira República e eleito deputado em várias legislaturas.